



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Abril a Junho de 2017

Ano 42 – Nº 229

Foto: Caio Mota

2016, ano do golpe e do aumento da violência no campo

Págs.: 8 e 9



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

*Chapada Diamantina:
a caixa d'água da Bahia
vai secar!*

EDITORIAL

Massacres e violência turvam o horizonte

Na esteira do caos político que se criou em nosso país, com denúncias cotidianas de corrupção envolvendo as mais altas figuras do extrato político, multiplicam-se as notícias de assassinatos de trabalhadores do campo, alguns com caráter de massacre, com um grau de crueldade inimaginável numa nação que se reputa civilizada. A CPT registra até meados de junho 41 assassinatos.

Dois dias depois que a CPT, no dia 17 de abril, divulgava ao mundo o seu relatório de Conflitos no Campo, em que registrava um aumento exponencial da violência no campo, um massacre deixava 9 trabalhadores mortos, em Colniza, no Mato Grosso.

Dez dias depois foram os índios Gamela que sofreram um violento ataque do qual 22 pessoas saíram feridas, incluindo dois índios que tiveram as mãos praticamente decepadas por golpes de facão.

Esse acirramento da violência provocou a realização de um ato-denúncia promovido pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) em parceria com movimentos e organizações sociais. O ato que se realizou em Brasília, no dia 23 de maio, reivindicava uma articulação para a desmobilização de tamanha violência.

Este ato parece ter sido a senha para que no dia seguinte, em 24 de maio, ocorresse mais um massacre, desta vez no Pará. Foi na fazenda Santa Lúcia, em Pau D'Arco. 10 pessoas assassinadas, 9 homens e uma mulher, liderança da ocupação. Os policiais envolvidos na ação julgaram que a sociedade engoliria facilmente a versão que eles divulgassem. Por isso, comunicaram que as mortes haviam ocorrido em um confronto com os ocupantes da fazenda, que haviam recebido os policiais a bala. Só que eles se esconderam de apresentar algum policial com algum ferimento e desmontaram a cena do crime carregando para longe do local do incidente os corpos das vítimas.

Ao mesmo tempo avoluma-se uma onda estonteante de criminalização das lutas sociais, dos movimentos que assumem estas lutas e das pessoas e instituições que as apoiam. O relatório final da CPI da Funai e do Incra escancara isso aos olhos de toda a sociedade. Uma CPI que lista como responsáveis pelos conflitos e agressões aos direitos indígenas e de comunidades camponesas, antropólogos, promotores públicos, agentes de pastoral, nomeadamente do CIMI e outros agentes públicos.

Mas, nestes últimos meses, aconteceram algumas vitórias.

No dia 10 de abril, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, afastou do decreto de prisão preventiva dos Sem Terra envolvidos na ocupação da Usina Santa Helena, em Santa Helena, Goiás, o enquadramento do MST como organização criminosa. Com isso, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás se sentiu obrigado a relaxar a prisão preventiva dos militantes do MST decretada há mais de um ano.

Também o STJ concedeu aos indígenas Kaingang medida alternativa à prisão preventiva. E a Juíza de Quedas do Iguaçu, em 17 de maio, revogou a prisão preventiva dos sete presos políticos do MST, que se encontravam encarcerados, desde novembro de 2016.

São vitórias comemoradas, mas que ainda deixam na boca um gosto amargo, pois contra todos ainda pesam as acusações pelas quais foram presos, podendo a qualquer hora ser condenados.

Apesar das poucas e frágeis vitórias, o horizonte continua carregado, turvo, ameaçando novas tempestades. Como diz a quilombola Fátima Barros, “agora, a gente sente que é como se alguém tivesse licença para nos caçar e nos matar. As violências não acontecem quando a gente se identifica como quilombola. Mas quando digo que quero o território.” E a indígena Gamela, Gracinalva Costa: “Antes achavam que nós éramos os índios bonzinhos. A partir do momento que fomos cobrar nossos direitos, quiseram nos matar”.



Aprender na prática: Saberes e lutas camponesas entre os séculos XX e XXI

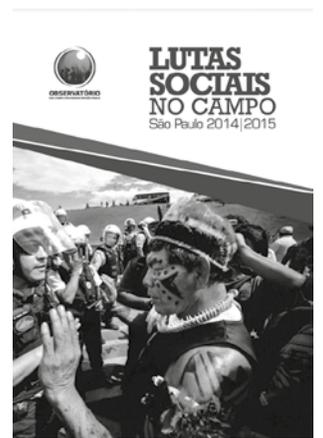


Com o objetivo de apreender saberes e aprendizagens produzidas na prática da participação popular e comunitária, a educadora social, psicóloga e doutora em educação, Rosely Carlos Augusto, empreendeu uma extensa pesquisa de campo junto às populações rurais engajadas nas lutas sociais por terra e direitos, que resultou no livro “Aprender na prática: Saberes e lutas camponesas entre os séculos XX e XXI”. A publicação narra histórias de vida e de luta de camponeses, mulheres e homens, que apresentam uma visão

do conhecimento assentada na localidade e no senso comum, além de ser orientada para a prática, uma epistemologia mais interessada na vida do que na verdade.

Lutas Sociais no Campo – São Paulo 2014/2015

O Observatório dos Conflitos Rurais em São Paulo lançou o dossiê “Lutas Sociais no Campo – São Paulo 2014/2015” durante o Seminário “Lutas Sociais Hoje e a Questão Agrária em São Paulo”, no dia 13 de maio, no sindicato dos bancários, no centro da capital. Com o apoio do Centro de Estudos Migratórios, do Centro de Estudos Rurais da Unicamp (Ceres), da Fundação Rosa Luxemburgo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Serviço Pastoral dos Migrantes e do núcleo paulista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e



sob o trabalho de pesquisadores e militantes sociais, o dossiê apresenta 174 episódios de conflito no meio rural, envolvendo pelo menos 52 mil pessoas, entre 2014 e 2015. O dossiê aponta ainda que os grupos que mais sofreram casos de violência foram moradores de assentamentos, acampados e agricultores familiares, seguidos pelos assalariados rurais e populações tradicionais, além de quatro casos de trabalho em condições análogas à escravidão.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques
João Damásio
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

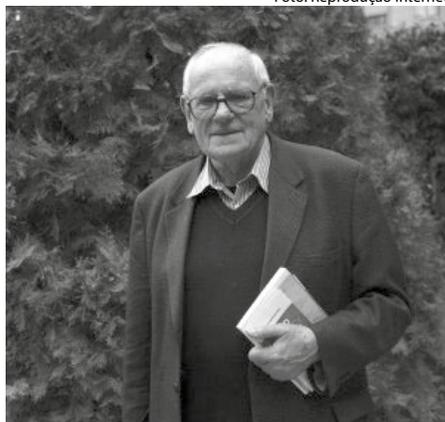
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br



François Houtart: irmão dos pobres, cidadão do mundo

Foto: Reprodução Internet



Para a CPT, François “emprestou aos movimentos populares sua erudição, suas reflexões e sua palavra, para que os mesmos tivessem mais fundamentos e base em suas lutas e reivindicassem com firmeza seus direitos negados e sua dignidade não reconhecida pelas classes dominantes”.

Sociólogo, teólogo, e conhecido por sua atuação junto aos movimentos populares, principalmente da América Latina, François Houtart faleceu aos 92 anos no dia 06 de junho. Nascido na Bélgica, “François se tornou cidadão do mundo, pois se insurgia contra o ataque, o esbulho dos direitos dos mais fracos onde quer que acontecessem. Estabeleceu-se na América Latina por mais tempo, adotando-a como sua segunda pátria”, destacou, em Nota de Pesar, a CPT.

Em abril de 2016, Houtart participou do Conselho Nacional da CPT, em Luziânia (GO), e foi contundente ao abordar a missão da igreja neste momento: “ela [a igreja] deve denunciar os efeitos do sistema e anunciar os valores do Reino, de modo concreto. A igreja tem papel importante nisso; não gritando a verdade de cima, mas vivendo com o povo, para a construção mais adequada dos valores do reino”.

Feira Nacional da Reforma Agrária recebe público de 170 mil em SP

Entre os dias 4 e 7 de maio, cerca de 170 mil pessoas passaram pela 2ª edição da Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada no Parque da Água Branca, em São Paulo. Foram comercializadas mais de 280 toneladas de produtos vindos dos acampamentos e assentamentos de todas as regiões do país – sendo mais de 600 alimentos in natura e agroindustrializados.

Na manhã do dia 6 de maio, aconteceu a conferência “Alimentação saudável: um direito de todos e de todas”, que contou com a participação de Pepe Mujica, Bela Gil, Alexandre Padilha, Letícia Sabatella e João Pedro Stédile. Os e as participantes debateram a produção de

alimentos saudáveis, a luta contra o agronegócio e a necessidade da realização da Reforma Agrária.

O ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, dedicou parte de sua fala para ressaltar a necessidade de fortalecer a luta por outro modo de vida. “Nessa sociedade regada pela ganância, o mercado rouba o nosso tempo. Não temos tempo para o amor, para o afeto, nem para nossos filhos e amigos. O mercado não é para vida, nos coloca em função do negócio e da ganância. Enfrentar essa sociedade que confunde felicidade com comprar coisas novas é uma tarefa”, disse, desejando força aos militantes brasileiros. (Com informações do MST)

Foto: MST



Audiência evidencia relação entre desmatamento do Cerrado e crise hídrica

No dia 1º de junho ocorreu Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para “Debater os desdobramentos da PEC 504/2010, que reconhece os biomas Caatinga e Cerrado como Patrimônio Nacional, nas políticas públicas de desenvolvimento urbano e moradia popular”. A audiência foi solicitada pelo deputado Luiz Couto (PT-PB) ao presidente da Comissão Givaldo Vieira (PT-ES).

“Estamos passando por crises hídricas nos grandes centros urbanos e o Cerrado é considerado a caixa d’água do Brasil”, justificou Vieira. A PEC 504/10, do ex-senador Demóstenes Torres, altera artigo da Constituição Federal para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônios nacionais. Só em 2017, a proposta foi colocada

em pauta 19 vezes, porém não foi apreciada.

Resultado dos esforços de articulação da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, a audiência foi acompanhada por um plenário repleto de representantes de comunidades tradicionais. Além dos deputados, compuseram a mesa dona Maria do Socorro, do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Isolete Wichinieski, agente da CPT em Goiás; Maria de Fátima Barros, da Articulação Nacional de Quilombos (ANQ); e Gerardo Cerdas, da ActionAid no Brasil, todos integrantes da campanha.

Em mais um passo para pressionar os parlamentares pela aprovação da PEC 504, a Campanha lançou uma petição online. Participe: www.change.org/PatrimonioNacional

Policiais militares ameaçam posseiros em Cujubim (RO)

A CPT em Rondônia tem recebido denúncias sobre policiais à paisana atuando como pistoleiros em área do Seringal Urupá, de 2.989 hectares, e na região da TD Urupá, conhecidas como Áreas do Galo Velho, entre Cujubim e Machadinho do Oeste, em Rondônia.

Na área, um grupo de 80 famílias foi despejado no dia 1º de junho de 2017 após uma reintegração de posse, apesar do parecer contrário do Ministério Público de Ariquemes,

que recorreu da decisão. Essa área estaria em negociação com o INCRA após ter sido declarada de interesse social para reforma agrária. Os ocupantes estão no local há mais de 14 anos.

No dia seguinte após a reintegração, as famílias foram novamente expulsas pela Polícia Militar de uma nova área onde tentavam montar acampamento. Durante a ação policial, 16 pessoas foram detidas - motocicletas e outros bens das famílias foram apreendidos.

3ª Semana Dom Tomás Balduino anuncia marcha dos Sem-terra

Em recordação dos três anos da morte de Dom Tomás Balduino, ocorreu, nos dias 4 e 5 de maio, em Goiânia (GO), a Terceira Semana Dom Tomás. Na quinta-feira, dia 4, no espaço do Centro Cultural Cara Vídeo, foi realizada uma celebração em que a figura, a história, as causas e a ousadia de Dom Tomás foram trazidas à memória, buscando alimentar as lutas do dia de hoje.

Já no dia 5, no Salão Nobre da

Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG), João Pedro Stédile, da direção nacional do MST, anunciou e convocou os presentes para a Grande Marcha dos Sem-Terra rumo a Brasília. O objetivo deste ato é exigir respeito aos direitos adquiridos e denunciar os violentos ataques perpetrados pela bancada ruralista, sustentado pelo governo ilegítimo de Temer, contra os direitos de indígenas, quilombolas, e demais comunidades camponesas.

AMÉRICA LATINA

As lutas e esperanças brasileiras ecoadas em eventos na América Latina

ELVIS MARQUES*

Os conflitos no campo brasileiro têm atingindo índices assustadores nos últimos tempos, como retratado por esta e outras edições do Pastoral. Por muitas vezes, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT precisa atualizar mais de uma vez no dia o número de pessoas assassinadas. E diante de um governo ilegítimo, que não olha para os povos do campo, das águas e das florestas, faz-se necessário e urgente denunciar essas situações de conflito mundo afora, assim como ouvir histórias de lutas e esperanças. Agentes e trabalhadores acompanhados pela CPT puderam, neste primeiro semestre, participar de momentos assim em países da América Latina.

VIII Fórum Social Pan Amazônico

Realizado entre os dias 28 de abril e 1º de maio na Universidade Nacional de San Martín na cidade de Tarapoto, no Peru, o VIII Fórum Social Pan Amazônico (FOSPA) debateu o tema “Territorialidade

Foto: Coletivo de Comunicação do FOSPA



e Povos Amazônicos – Andinos; Cuidado dos bens da natureza e propostas alternativas e processos de resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista”. Ao longo desses dias, o evento reuniu cerca de 1.500 pessoas vindas do Brasil, Equador, Venezuela, Bolívia, Guiana, Suriname, Colômbia, e Guiana Francesa.

Para a abertura oficial do Fórum, foi realizada uma grande marcha pelas ruas de Tarapoto, com concentração na Praça Central da cidade e término no Campus da Universidade. O evento ini-



Foto: CLOC Via Campesina

cial coincidiu com a Greve Geral no Brasil contra os retrocessos de direitos capitaneados pelo governo Temer e cia. A delegação brasileira, diante disso, somou forças aos que lutavam no Brasil. Por inúmeras vezes, o povo gritou “Fora, Temer” e denunciou as sucessivas agressões contra os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e os povos do campo.

“A situação no Brasil é muito crítica. Pode-se dizer impensável até um tempo atrás. Em agosto do ano passado houve um golpe de estado. O Parlamento, com 2/3 dos votos, destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff com base em acusações do que se chamou ‘pedaladas fiscais’ - manobras contábeis para que se respeitasse a Lei de Responsabilidade Fiscal. Uma lei genuinamente neoliberal”, explicou a quem acompanhava o FOSPA, Ruben Siqueira, membro da coordenação nacional da CPT.

Além da grave situação política brasileira, os e as participantes do Fórum foram surpreendidos com a notícia do grave ataque ao povo indígena Gamela, do Maranhão. No dia 30 de abril, representantes de povos, organizações e movimentos populares manifestaram solidariedade aos irmãos indígenas do Brasil. Em Moção de Solidariedade, destacaram: “Não mais suportando a violenta invasão ao seu Território, os indígenas intensificaram sua luta e decidiram por retomar seu Território sagrado. Todavia, em contrapartida, a empreitada criminosa dos que querem ver os indígenas extintos vem tomando força e ficando cada vez mais explícita e violenta”.

Articulação

A CPT, através da Articulação das CPT’s da Amazônia, compôs o Comitê Internacional do FOSPA. Em 2016, a Articulação participou da oficina inicial do evento, quando foram definidas as demandas e os conteúdos a serem discutidos nesta última edição do Fórum.

Após um processo de formação sobre as principais problemáticas na Amazônia, a Pastoral participou do evento com uma delegação composta por 30 pessoas, entre agentes pastorais e trabalhadoras e trabalhadoras.

Assembleia Continental da CLOC

Organizados na Coordenação Latino-americana de Organizações Campesinas (CLOC), cerca de 150 delegados e delegadas de mais de 80 organizações camponesas, indígenas, pes-

caidores, sem terra, quilombolas de 22 países se reuniram entre os dias 1 e 4 de maio em Santadercito, na Colômbia. A CPT foi representada neste evento por Isolete Wichinieski, agente da Pastoral em Goiás.

Os principais temas debatidos foram os avanços do imperialismo sobre os territórios dos povos, a aliança entre campo e cidade, os caminhos populares para a paz e o socialismo. E a decisão de sediar a Assembleia Continental na Colômbia teve como objetivo destacar o tema do acordo de paz promovido entre os movimentos populares e o governo. A Cloc/Via Campesina é uma das organizações que atuaram para a promoção deste, e continua a acompanhar esse processo.

Na Declaração Final da Assembleia, os e as participantes afirmam que estamos vivendo “um período de golpes contra o povo e a democracia, de deslegitimação das lutas populares, os lutadores e suas organizações”. A Assembleia também foi um momento de preparação para a 7ª Conferência da Via Campesina Internacional, que acontecerá de 16 a 23 de julho, no País Basco, na Espanha.

Encontro Latino-americano

Com objetivo de contribuir na análise e articulação do que se tem desenvolvido na América Latina sobre a defesa do território e a proteção de defensoras e defensores, ocorreu na Cidade do México, nos dias 30 e 31 de maio e 1º de junho, o Encontro Latino-americano de Defensoras, Defensores e Autoridades Originárias dos povos e territórios da América Latina, espaço em que foram debatidas estratégias de proteção para a defesa do território.

As mulheres que defendem a terra, o território e o ambiente são as defensoras que recebem mais ataques na América Latina, essa é uma constatação a partir dos dados de estudo mesoamericano das agressões. Diante

dessa realidade, o primeiro dia de encontro, 30 de maio, foi fechado para as mulheres debaterem essa temática. “A maioria dos ataques vêm de atores estatais, mas também são agredidas ao interior de suas comunidades, organizações, movimentos e do ambiente familiar. Para todas elas o seu corpo é o primeiro território a defender”, destacaram em Plenária.

A delegação brasileira foi composta por Paulo César Moreira, membro da coordenação nacional da CPT, Afonso Chagas, agente da CPT em Rondônia, Layza Queiroz Santos, assessora jurídica da Terra de Direitos, Luana Xavier, da Terra de Direitos, e Paulo Freire, do MST.

JUSTIÇA

Liberdade, mesmo que tardia

ANTÔNIO CANUTO*

Tristes tempos esses em que vivemos. Multiplicam-se as denúncias de corrupção que faz parte da história brasileira, mas que agora afloram com uma intensidade estonteante. Corrupção que atinge os mais altos escalões de um governo ilegítimo e usurpador.

Na esteira deste caos político somos agredidos cotidianamente com notícias de assassinatos de trabalhadores do campo, alguns com caráter de massacre, com um grau de crueldade inimaginável numa nação que se reputa civilizada. Convivemos ainda com uma onda impressionante de criminalização das lutas sociais e dos movimentos que assumem estas lutas.

Mas, neste ambiente sombrio e carregado, não podemos deixar de celebrar algumas vitórias no campo das decisões judiciais. É a liberdade para lutadores da reforma agrária e da luta por direitos. Mais que vitórias é o mínimo de recomposição de direitos. Em todos os casos em que foi concedida a liberdade, haviam sido ultrapassados, em muito, os limites razoáveis que a legislação e a jurisprudência estabeleceram para uma prisão preventiva.

Algumas sentenças

No dia 10 de abril foi comemorada a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, que afastou do decreto de prisão preventiva dos Sem Terra envolvidos na ocupação da Usina Santa Helena, em Santa Helena, Goiás, a menção à acusação da prática de crime de organização criminosa.

Em decisão de primeira instância, o MST havia sido enquadrado como organização criminosa, nos termos da 12850/2013 e foi decretada a prisão de Luiz Batista Borges, Natalino de Jesus e Diessyka Lorena, e do dirigente nacional Valdir Misnerovizc. Luiz Borges foi preso no dia 14 de abril de 2016, e Valdir no final de maio do mesmo ano. Os outros dois conseguiram se exilar. O Tribunal de Justiça de Goiás, TJGO, em decisões de recursos de Habeas Corpus havia mantido a mesma interpretação da lei. O

ministro Fachin, porém, reconheceu que a luta social pela reforma agrária é legítima, e que por isso, o MST não pode ser enquadrado como organização criminosa.

Tendo como suporte esta decisão, os advogados entraram com mais um pedido de Habeas Corpus no TJGO, alegando o excesso de prazo na prisão provisória. No dia 27 de abril, em decisão unânime, o tribunal relaxou a prisão preventiva dos militantes do MST. A liberdade de Luiz ocorreu

estabeleceu medida alternativa à prisão preventiva, que vinha sendo cumprida pelos Kaingang no Presídio de Lagoa Vermelha (RS). Os indígenas estavam presos sob a acusação de terem incendiado lavouras privadas.

Também foi comemorada como uma vitória, a decisão da Juíza de Quedas do Iguaçu, que, em 17 de maio, revogou a prisão preventiva e concedeu liberdade provisória aos sete presos políticos do MST, que se encontravam encarcerados nas peni-

de 2016, numa emboscada da Polícia Militar e de seguranças da Araupel, foram executados Vilmar Bordim e Leonir Orback.

São vitórias parciais, que deixam na boca ainda um gosto amargo. Contra todos ainda pesam as acusações pelas quais foram presos. Conhecendo o comportamento do nosso judiciário não será novidade se voltarem à cadeia, agora com condenação judicial.

Em Anapu, uma vitória consistente

Uma decisão que merece ser comemorada foi a tomada, no dia 3 de abril, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). O tribunal determinou a imediata reintegração de posse do lote 68 da Gleba Bacajá, localizada em Anapu (PA), para a União Federal.

Trata-se da mesma gleba em que foi assassinada a missionária Dorothy Stang, em 2005, e onde diversas outras mortes de trabalhadores aconteceram. O lote 68 era reivindicado pela empresa Santa Helena Participações. A Vara Federal de Altamira (PA) havia decidido em favor da empresa, que mantinha presença constante de pistoleiros na área. O Ministério Público Federal apelou contra esta sentença. E o Tribunal acatou seu pedido, pois a propriedade está localizada em área destinada à reforma agrária.

Resta saber se a sentença será cumprida e se a área pode gozar de tranquilidade.

Uma conquista dos Xukuru

A luta dos Xukuru para garantir seu território teve um importante capítulo no dia 21 de março. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) julgou o Estado brasileiro pelas seguidas violações que comete contra os indígenas. Pela primeira vez, um povo indígena, o Xucuru, de Pernambuco, conseguiu processar o Estado brasileiro por não garantir o direito a seu território. Abre-se assim um novo campo de luta.



após um ano e 13 dias de prisão – Valdir já havia sido libertado em ação julgada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Uma comemoração anterior, em 14 de fevereiro, se deu quando Lázaro Pereira da Luz, que se encontrava preso desde 15/06/16 pela ocupação da Fazenda Araraquara, em Itapaci (GO) e que fora enquadrado na mesma lei de Organização Criminosa, teve a prisão relaxada pelo TJGO. A decisão foi tomada porque o trabalhador se encontrava em prisão temporária por mais de 250 dias, sem sequer haver uma data para realização de audiência de instrução e julgamento.

Em 30 de março, outra decisão comemorada foi a do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que concedeu Habeas Corpus a favor dos indígenas Kaingang que estavam presos desde 23 de novembro de 2016. O Tribunal

tenciárias de Cascavel e Laranjeiras do Sul, PR, desde novembro de 2016. Eles tinham sido presos em uma ação da polícia, batizada de “Castra”, cujo principal objetivo era castrar as ações das lideranças dos Acampamentos Dom Tomás Balduino e Herdeiros da Luta pela Terra.

Desde maio de 2014, aproximadamente três mil famílias ocupavam áreas griladas pela empresa Araupel, que haviam sido declaradas pela Justiça Federal como terras da União, e que por isso deviam ser destinadas à Reforma Agrária. No dia 7 de abril

CONSELHO NACIONAL DA CPT

“Pactos da Velha Política se esgotaram” conclui Guilherme Boulos durante análise de conjuntura no Conselho Nacional da CPT

Agentes da CPT de todo o Brasil se reuniram em Goiânia (GO) entre os dias 4 e 6 de abril, durante o Conselho Nacional da entidade. Além das discussões e definições internas, o grupo debateu a conjuntura política nacional, com a assessoria do coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos.

CRISTIANE PASSOS*

De acordo com Boulos, devemos pensar o cenário grave que vivemos hoje, em especial o processo do golpe, a partir do esgotamento de dois pactos que haviam sido construídos na sociedade brasileira. O primeiro pacto, que agora está indo para o buraco, é o pacto feito durante a Constituinte de 1988, que fundou o que se chamou de a Nova República, e que subsiste no Brasil até hoje. Ali era o momento de declínio da ditadura militar. “De certo modo hoje vivemos uma situação parecida. Ali a ditadura perdia força e não causava mais coesão social. Hoje o regime da Nova República ainda é o que vigora no país, mas também perdeu a capacidade de unir a sociedade. Há uma crise de legitimidade de representatividade colocada”. Esse pacto fundou um regime de acordos. O povo iria eleger seus governantes, mas dentro de um regime onde o poder econômico interviria muito e onde as oligarquias regionais teriam força no parlamento. A Nova República favoreceu o poder das oligarquias locais.

“Construiu-se um arranjo e o azeite para a engrenagem funcionar era a corrupção. Ela é a base estrutural desse governo por meio, por exemplo, dos financiamentos privados de campanhas. Esse foi o regime que se estabeleceu e, com todos os limites, foi o que funcionou até agora. Até chegar nessa crise de hegemonia que temos hoje. E essa crise foi anunciada, ela não surgiu com o golpe. Vamos pegar junho de 2013. As manifestações de verde e amarelo tiveram um pouco da sua origem nisso. Já tinha uma panela de pressão quase estourando. A Lava Jato acabou acelerando essa crise de representatividade. Ela colocou em praça pública o esquema de engrenagem do

movimento político, aumentando a falta de credibilidade no sistema. Claro que fez isso com medidas paliativas, com medidas antidemocráticas e de exceção. Todo esse cenário foi acelerando o declínio do regime da Nova República, criando um mal estar que se traduziu como anti-política. Esse sentimento a gente ouve na população, muito difuso e generalizado”, analisou o coordenador do MTST.

“Isso coloca hoje no Brasil uma encruzilhada. Para a crise política, você pode ter duas saídas, e a saída oferecida pela direita é um arranjo antidemocrático, fechando qualquer brecha democrática que exista, fazendo arranjos conservadores. Estão pensando em reforma política para oferecer uma saída regressiva. Não podemos nos colocar nessa velha política, ou vamos oferecer de bandeja à direita todo o povo com a sua insatisfação com a política. O pacto da Nova República não funciona mais. Um poder passa por cima do outro”, disse Boulos.



Foto: CPT Nacional

O segundo pacto que se esgotou nesse mesmo processo, era mais de ordem social do que política. O pacto inaugurado pelo Lula em 2003 quando chegou ao governo. “Ele tentou construir um grande acordo nacional. ‘No meu governo o povo vai ganhar, sem terra, sem teto, vão ter vez, e os ricos vão continuar ganhando

também’. Essa estratégia de ‘ganha ganha’, onde os pobres ganham com programas sociais, mas ao mesmo tempo isso é feito sem mexer uma vírgula nos privilégios e ganhos da elite brasileira e, claro, sem mexer em temas estruturais, não duraria muito. Como era possível um pacto desses? Acaba o governo de conciliação com a oportunidade que a burguesia viu em dar o golpe. Eles entenderam que era o momento para eles derrubarem o governo e derrubaram, por isso Temer chegou ao poder”.

O golpe, o pacote de austeridade de Temer e o momento de reação

“Das três principais medidas do golpe, uma já conseguiram aprovar, a PEC do teto de gastos. Não há precedente histórico disso em nenhum lugar do mundo, mesmo quando se olham os governos neoliberais no mundo. Nem o FMI [Fundo Monetário Internacional] ousou colocar algo assim. Vinte anos de austeridade colocados na Constituição como algo obrigatório. Essa PEC destruiu aquilo de mais poderoso que a Constituição de 1988 tinha que era uma rede social. É inviável”, ressaltou Boulos. “Tratar o desigual de forma igual é injustiça. No país machista que vivemos com mulheres com jornada tripla, é um escândalo querer igualar a idade para aposentadoria entre homens e mulheres... Temos, também, a reforma trabalhista com a terceirização ilimitada já aprovada. O Temer transformou o parlamento brasileiro em uma Assembleia Constituinte permanente, pois tem mais de 3/5 do Congresso, além de apoio da mídia e de outros segmentos poderosos”, analisou.

Mas, apesar de tudo isso, segundo



Foto: CPT Nacional

o dirigente, o clima da sociedade começa a virar. O Temer já é o governo mais impopular da Nova República, o último governo que teve menos de 10% de aprovação foi o governo Figueiredo. Além disso, essa política de cortes do governo golpista agravou a recessão e começa a criar um clima de convulsão social. A insatisfação vai se transformando em indignação, e o próximo passo, para o coordenador do MTST, é chegar à mobilização da sociedade. Esse é um momento, segundo Boulos, de muita unidade na luta e de ação. “Não podemos deixar prevalecer divisões menores, um problema sério da nossa esquerda, é a dificuldade de reconhecer o que é comum e dar muita importância somente ao que divide. Temos que resistir à destruição do Brasil. Nós temos que retomar nossa capacidade de mobilização”. Além disso, para ele, outro desafio que vivemos é pensar um programa novo de esquerda para o Brasil. “Não podemos ser arrogantes com o que aconteceu até aqui. Precisamos reinventar um caminho de esquerda no Brasil. É possível governar de outras formas, a esquerda em outros países governou de outras formas. Temos que pensar a esquerda para disputar hegemonia no país, não somente uma eleição. É o momento de disputar cada palmo da sociedade”.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2016

CPT lança relatório Conflitos no Campo Brasil 2016 no Brasil e no exterior

Com o tema “Lutar não é crime”, a publicação denuncia a criminalização dos movimentos sociais e o aumento da violência no campo, que segue alarmando o primeiro semestre de 2017. Em 2016, foram registrados 61 assassinatos e 1536 conflitos no campo, números que se destacam pelo menos nos últimos 13 anos.



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

JOÃO DAMÁSIO*

A 32ª edição do relatório Conflitos no Campo Brasil 2016 foi lançada no dia 17 de abril, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília. Estiveram presentes o presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dom Enemésio Lazzaris, membros da coordenação executiva nacional da CPT, representantes da CNBB, o professor Marco Mitidiero (UFPB), a militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Divanilce Andrade, filha da Nicinha, assassinada em Rondônia no ano de 2015, entre outros convidados e participantes que prestigiaram o lançamento.

A publicação apresenta dados preocupantes e sintomáticos do atual programa de governo no país. A CPT registra sistematicamente conflitos na luta pela terra, pela água e por direitos trabalhistas, além das violências contra a ocupação e a posse e contra a pessoa: todos estes dados aumentaram consideravelmente em 2016 e seguem a mesma tendência em 2017, com dois dos maiores massacres da história de conflitos no campo registrada pela CPT – os casos de assassinato de nove pessoas em Colniza (MT) no dia 19 de abril e dez em Pau D'Arco (PA) no dia 24 de maio, dentre outros casos.

Em 2016, foram registrados 61 assassinatos (maior número dos últimos

25 anos, com exceção ao ano de 2003 que registrou 73 mortes), 1.536 conflitos no campo, sendo 1.295 no total de conflitos por terra e, destes, 1.079 ocorrências com algum tipo de violência. A quantidade de conflitos pela água foi a maior desde que a CPT começou a registrá-los separadamente em 2002. Os dados de crescente violência no campo são consequência imediata do conturbado momento político brasileiro, que, dentre outros problemas, se sobressai pela criminalização dos movimentos populares que lutam pelos direitos humanos. A CPT foi enfática nesta publicação: “Lutar não é crime!”.

Além da publicação oficial do Conflitos no Campo Brasil 2016, disponível online gratuitamente e à venda como

produto físico no site da CPT. Um apêndice sintético destacando estes dados foi publicado em abril numa edição extra do jornal Pastoral da Terra (Ano 42 – Nº 228), com o objetivo de ampliar o acesso à informação e favorecer o trabalho de base junto aos movimentos de luta pela terra.

Lançamentos estaduais e internacionais

Além do evento nacional para divulgação do relatório Conflitos no Campo Brasil 2016, a CPT promove eventos, debates e seminários para o lançamento oficial nos estados brasileiros, com o objetivo de ressaltar os dados locais e contextualizar os problemas de conflitos no campo para cada realidade. Neste ano, também ocorreram lançamentos em outros países da América Latina.

Os dados alarmantes de conflitos chamaram a atenção de diversas entidades e organizações na América Latina. O relatório foi lançado no VIII Fórum Social Pan Amazônico, no dia 27 de abril, e na Assembleia da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), entre os dias 01 e 04 de maio. (Leia mais sobre as duas atividades na página 4).

No Brasil, pouco após o lançamento nacional em Brasília (DF), no dia 19 de abril, cerca de 150 pessoas percorreram as principais ruas da cidade de Sinop (MT) para pro-

tocolar, nos Ministérios Públicos Estadual e Federal, denúncias sobre violações de direitos humanos no estado, que no mesmo dia, registrou o massacre na cidade de Colniza (MT). Ainda no mês de abril, a CPT realizou eventos similares em três capitais. No dia 24, o relatório foi lançado no Centro de Pastoral Paulo VI, em Teresina (PI). No dia 26, em parceria com o Comitê de Mediação de Conflitos e Questões Agrárias, o evento ocorreu no auditório do Instituto de Terras e Reforma Agrária (Iteral) em Maceió (AL). No dia 30, o lançamento ocorreu na Assembleia Legislativa de Rio Branco (AC).

Na Bahia, a CPT promoveu eventos em pelo menos três momentos: nos dias 10 e 15 de maio com debates, respectivamente, na Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF) e no Instituto Federal Baiano (IFBaiano), em Senhor do Bonfim (BA); e no dia 12 de maio, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em Jacobina (BA). Ainda está previsto o lançamento na capital do estado, Salvador.

No dia 10/05, foi promovido um debate entre a CPT, a Defensoria Pública Agrária e o Ministério Público na Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Araguaína (TO). No dia seguinte (11/05), o evento realizado em São Luís (MA) chamou a atenção para a permanência do estado entre os mais violentos do país durante toda a história.

Em Belo Horizonte (MG), o relatório foi divulgado no dia 19 de maio, durante o curso de formação de agentes da CPT-MG, no sítio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg). Em Goiânia (GO), o evento ocorreu no dia 08 de junho, na Casa das Irmãs missionárias Jesus Crucificado. No dia 09 de junho, a CPT Amazonas fez seu lançamento em Manaus (AM) e a CPT Acre em Cruzeiro do Sul (AC). Também estão em organização outros eventos de lançamento durante o ano, nos estados do Ceará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Rondônia.



Foto: Elvis Marques - CPT Nacional

2016, ano do golpe e do aum

Há um ano o Senado Federal aprovava a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma tirada do cargo. Neste período os conflitos no campo aumentaram em 26% em comp

CAIO MOTA E
CRISTIANE PASSOS*

2016 foi o ano com maior número de ocorrências de conflitos por terra registrados nos últimos 32 anos. Foram contabilizados 1.079 conflitos, uma média de 2,9 registros por dia. Os assassinatos tiveram um aumento de 22% em comparação com o ano de 2015 e é o maior número de casos desde 2003. Com a instabilidade política de 2016 questões como combate ao trabalho escravo, demar-

cação das terras e a defesa dos direitos indígenas e combate aos conflitos no campo tiveram um enfraquecimento dentro das instituições governamentais e os grupos políticos responsáveis pelos conflitos ganharam ainda mais força.

A região da Amazônia Legal concentra o maior número de conflitos no campo. Nos primeiros seis meses de 2017 foram registrados pela CPT 41 assassinatos em decorrência dos conflitos agrários no Brasil. Os dados indicam um agravamento dos crimes no campo em 2017.

a promessa de conseguir o documento da terra.

A chacina em Colniza aconteceu na mesma semana em que o 'massacre de Eldorado dos Carajás' completou 21 anos. Os 19 trabalhadores rurais mortos em 1996 no Pará, e o assassinato de nove trabalhadores rurais em 2017 em Mato Grosso, possuem 3 pontos em comum: As vítimas são pessoas pobres; os locais dos crimes são de invisibilidade estatal, onde apenas a polícia tem maior atuação nessas áreas; e a impunidade nos crimes ocasionados por conflitos no campo, o que acaba sendo um fator central para que os assassinatos de trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas e lideranças comunitárias sigam acontecendo. Edison e sua família engrossam os números mais recentes de vítimas de conflitos agrários. Crimes que se agravam por omissão e conivência dos governos de Mato Grosso e Federal.

Colniza é uma cidade que fica a 1.065 Km da capital mato-grossense e faz fronteira com os estados do Amazonas e Rondônia. É apontada como uma das cidades mais violentas do Brasil pelo grande número de conflitos agrários. O local da chacina fica dentro do 'Complexo Guariba', uma área de 630 mil hectares que abriga um terreno de 42 mil hectares, onde os trabalhadores atuavam. Até hoje o governo de Mato Grosso e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não sabem dizer a quem pertence a área onde ocorreu o crime.

Em 2006 foi realizada uma audiência pública na cidade de Cuiabá para tratar da situação agrária do 'Complexo Guariba'. Na ocasião foi criado um grupo de trabalho interinstitucional, com a participação do Ministério Público Federal (MPF), Justiça Estadual, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, INCRA e Polícia Federal. O INCRA ficou responsável por produzir um relatório detalhado informando quais áreas pertencem ao estado do Mato Grosso e União dentro do 'Complexo Guariba'. Após 11

anos desta audiência, o órgão ainda não forneceu este documento.

Em ofício encaminhado pelo INCRA ao MPF, o órgão apenas informou que existem "fortes indícios de irregularidades (fraudes) praticadas ao proceder à alienação de terras presumivelmente devolutas (terras públicas) que compõem o Complexo Guariba". O documento produzido pelo INCRA comprova o descaso e conivência do governo do Estado e União com a situação das centenas de famílias pobres que vivem nesta área de conflitos intensos, por estar em uma região de interesse de grandes madeireiras e mineradoras que exploram diamante, ouro e cassiterita.

Essa situação de caos fundiário não se limita ao 'Complexo Guariba'. A realidade fundiária do estado de Mato Grosso é marcada pela venda indiscriminada de grandes porções de terras públicas para latifundiários, empresas de agropecuárias e de colonização, além da utilização de transferência das terras nas disputas eleitorais, ora como recompensa, ora como pagamento de favores políticos.

Dados da CPT revelam que dos 127 casos de assassinato no campo registrados no Mato Grosso desde 1985, nenhum dos suspeitos de serem os mandantes desses crimes foram julgados e condenados. Nos últimos 32 anos, a CPT registrou 1.722 assassinatos no campo, deste total houve 110 julgamentos durante as três décadas e somente 31 pessoas que são apontadas pelas investigações policiais como mandantes dos crimes foram condenadas.

Mesmo que as pessoas apontadas como responsáveis pela chacina em Colniza sejam presas, as causas dos conflitos continuarão e os crimes no campo seguirão aumentando, como apontam os dados sobre crimes no campo que teve um recorde histórico registrado em 2016. Janete e seus filhos permanecerão sendo as 'estatísticas vivas' de uma situação de conflito em que o Estado é sempre conivente.

Por que o Brasil segue criando novos 'Eldorado dos Carajás'?

Janete da Silva Alves, 32, e seus quatro filhos são as vítimas que as estatísticas não mostram. Na foto, ela segura a carteira de identidade de seu marido, Edison Alves Antunes, 36, assassinado no dia 19 de abril enquanto trabalhava como diarista em um lote na Gleba Taquaruçu do Norte, no município de Colniza (MT). O marido de Janete é um dos nove trabalhadores rurais mortos na chacina que ficou conhecida como #MassacreDeColniza.

Eles viviam como posseiros

em um lote localizado próximo da região que Edison trabalhava como diarista quando foi assassinado. Janete e seus filhos não foram vitimados no massacre, mas no dia 19 de abril eles também foram mortos: A casa, a roça e a vida em família já não existem mais. Ela junta o que sobrou para morar em outra cidade com os filhos. O dinheiro que a família havia economizado foi usado para pagar uma associação, que atua na área distribuindo lotes da Gleba Taquaruçu do Norte para trabalhadores rurais, com

Foto: Caio Mota



NO CAMPO

Amontamento da violência no campo

de Rousseff, que ficou afastada por 180 dias antes de ser definitivamente substituído pelo ano de 2015, de acordo com dados da CPT.

Foto: Caio Mota



Colniza não é um caso isolado

Já no dia 30 de abril, homens com facões e armas de fogo atacaram um grupo de indígenas da etnia Gamela, no município de Viana, interior do Maranhão. Segundo informações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da CPT, 17 Gamelas sofreram algum tipo de ferimento (entre os feridos estão duas crianças e um adolescente) e cinco foram baleados, um total de 22 feridos no ataque. O indígena Aldelir Ribeiro, 37, teve as mãos decepadas com golpes de facão e, de acordo com a CPT, ele também levou dois tiros - um na costela e outro na coluna - e teve os joelhos cortados.

A área do ataque é disputada por fazendeiros que querem explorar dentro das terras dos Gamela. O crime aconteceu em um momento crítico de desmonte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No mesmo dia do ataque aos indígenas, o deputado federal Aluísio Guimarães (PTN/MA) chamou o povo Gamela de “pseudoindígenas” em entrevista à rádio Maracu e declarou que no caso de uma tragédia, a responsabilidade seria da Funai e do ministro da Justiça Osmar Serraglio, que segundo ele estavam avisados sobre a situação.

No dia 24 de maio, fomos pegos de surpresa com as fortes imagens de vários corpos mortos. Eram as vítimas de mais um massacre no contexto de luta pela terra no Brasil. 10 trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados por policiais na Fazenda Santa Lúcia, em Pau D’Arco, sudeste do Pará. 09 homens e 1 mulher. 7 pessoas eram da mesma família. Os policiais diziam estar em uma operação para cumprir 16 mandados de prisão. Sobreviventes denunciam que houve tortura e que os trabalhadores teriam sido executados, muitos tinham marcas de tiros na cabeça e na nuca. A hipótese de confronto, defendida pela Polícia, logo caiu por terra. Nenhum policial foi ferido e nenhum dos coletes à prova de bala que eles usavam tinha sequer um arranhão.

Na região onde ocorreu o massacre não há unidade do Instituto Médico Legal (IML), por conta disso os corpos foram levados para autópsia em Marabá e Parauapebas. Somente no dia 26, por volta de 01h00 da madrugada, quase 48 horas após o massacre, os corpos dos trabalhadores chegaram à cidade de Redenção. Envolto em lonas pretas e em estado avançado de decomposição, os corpos

estavam novamente amontoados nas carrocerias de duas caminhonetes. Após percorrerem centenas de quilômetros, foram retirados dos veículos e colocados no chão da funerária. E foi neste ambiente - improvisado e de total desrespeito às vítimas - que os familiares realizaram o processo de reconhecimento dos corpos.

“Houve descaso porque saíram daqui dizendo que os corpos iam chegar preparados. E não preparou nada. O sofrimento é muito grande”, relatou, emocionado, Marcelo Silva, que esperava receber seus entes queridos embalsamados, como fora prometido a ele e aos outros parentes. “Familiares, jornalistas e agentes da CPT que estavam no local testemunharam que as condições de entrega dos corpos foram indignas, o que causou a revolta de muitos dos presentes”, relatou um membro da Pastoral que acompanhou os enterros, e que completou: “a falta de organização e estrutura das instituições públicas adicionaram um grau maior de violência ao massacre”.

Às seis horas da manhã, os caixões, todos fechados, foram levados para uma escola municipal, onde aconteceu uma celebração de corpo presente. Já por volta das 08h30, os caixões com as sete pessoas da mesma família saíram com destino ao Cemitério de Redenção. Outras duas vítimas foram veladas e enterradas em Pau D’Arco. E a décima pessoa foi velada por seus familiares num local separado em Redenção. No momento dos enterros, por falta de funcionários no cemitério, parentes dos trabalhadores empunharam enxadas e pás para tapar as covas de seus mortos.

Foto: Caio Mota



Polícia subserviente, Estado conivente

O massacre de Pau D’Arco tem muitas semelhanças com o de Eldorado dos Carajás. Segundo o advogado da CPT em Marabá, José Batista Afonso, há um elemento nos dois massacres que comungam entre si: tratar a questão agrária como caso de polícia, que age na região com liberdade para tomar medidas violentas amparadas pelo compasso da impunidade. Em sua análise, Batista traça um paralelo nos casos e observa que a ação das Polícias Militar e Civil da região está, mais uma vez, aliada aos interesses dos grandes proprietários de terras. “Em muitas situações, policiais trabalham como segurança de fazendas”, afirma. Batista pondera que, no caso de Pau D’Arco existem novos elementos, já que as ocupações realizadas nos últimos anos contaram com o apoio de novos movimentos do campo e atuam de forma independente.

Ele estima que, atualmente, haja mais de 160 acampamentos em áreas rurais nas regiões do sul e sudeste do Pará. Algumas delas são ocupadas por grupos menores de famílias - o que, em sua análise, expõem os trabalhadores a uma maior vulnerabilidade de ações de pistoleiros. Outro ponto destacado por ele é que em Pau D’Arco a ação policial para o cumprimento dos mandados judiciais, segundo os depoimentos das testemunhas, tinha como objetivo surpreender os trabalhadores. Contudo mais uma vez, assim como em Eldorado, o massacre que vitimou os dez sem-terra foi um recado e uma demonstração de força do poder do latifúndio na região. “Um recado de ‘não incomodem, não ocupem e não causem prejuízos ao latifúndio dessa região’. Essas são as razões que estão por trás de um ato tão violento como foi esse aqui”, avalia.

MULHERES DA CPT

CPT realiza 1º Encontro Nacional de Mulheres

Reunidas em Goiânia (GO) nos dias 27 e 28 de maio, cerca de 60 mulheres de vários regionais da CPT em todo o Brasil discutiram o patriarcado e a luta histórica das mulheres contra a imposição desse modelo, e contra sua reprodução dentro de organizações sociais, como a CPT.

CRISITANE PASSOS*

Com assessoria de Romi Bencke, pastora luterana e secretária geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), o grupo debateu as dificuldades enfrentadas por mulheres dentro de nossas organizações, dentro de nossas Igrejas, bem como a manutenção do patriarcado em nossas instituições. Romi trouxe, também, a nova visão do kiriarcado, neologismo criado por Elisabeth Fiorenza, que transmite a ideia de interseccionalidade, por enfatizar as relações de privilégios e poder que estão por trás das dicotomias tradicionais de opressão. Fiorenza visa redefinir a categoria de patriarcado em termos de estruturas múltiplas e relacionais de dominação. De acordo com o seu conceito, patriarcado refere-se a um sistema em que as mulheres são oprimidas pelos homens; o kiriarcado é uma complexa rede de opressões e privilégios que se reforçam uns nos outros.

Divididas em grupos que traziam os nomes das mártires da luta e da CPT, tais como Margarida Alves, Irmã Dorothy, Olga Benário, Marta dos Anjos, Regina Pinho e Nicinha, as mulheres compartilharam suas maiores dificuldades nos espaços que ocupam na Pastoral. Muitas dessas dificuldades apresentadas eram comuns na realidade de vários estados, como poucas mulheres nas instâncias de coordenação e decisão, e mesmo

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional



quando ocupam esses espaços, a elas são delegadas tarefas de secretaria e administração, enquanto as atividades políticas ainda ficam prioritariamente com os homens.

Gênero e os desafios para a igualdade

“Não devemos ter medo de olhar criticamente para as nossas institucionalidades, para as nossas instituições, pois nossas instituições são humanas e reproduzem a violência da nossa sociedade e seus preconceitos também. Falamos em censura, mas e a censura dentro das nossas instituições? Muitas vezes as críticas não são faladas, não são discutidas”, refletiu a pastora.

Romi falou ainda da necessidade de mantermos sempre um espaço aberto de diálogo e discussão sobre todos os temas, mantendo a diversidade e a pluralidade de opiniões e debates, para que cada um e cada uma seja respeitada dentro de sua particularidade. “A gente quer partir de uma lógica de igualdade, não é colocar homens em segundo plano. Na questão da diversidade também se vive isso. Vivemos no Brasil uma realidade de extermínio das diversidades. Os preceitos da instituição precisam ser revistos e adequados, para que possamos continuar seguindo-os. Precisamos criar espaços seguros de diálogo onde nenhum tema é proibido, todos são permitidos”.

A própria questão de gênero passou a ser mal vista ou demonizada em alguns espaços cristãos. “Algumas Igrejas resolveram tirar gênero como grande ‘inimigo do reino’. A nossa missão primeira é pensar nas pessoas que estão sofrendo violência, inclusive violência de gênero. Esse Deus pode estar preso na lógica do capital, virou



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

um Deus que precisa ser alimentado pelo sacrifício humano, deixou-se de lado a ideia do Deus generoso e misericordioso. Quem induz, portanto, que temas como gênero são perigosos é o próprio mercado, que vai criando inimigos fictícios, para justificar determinadas violências”, analisou Romi.

“A Eva pecadora, até hoje a gente paga pelo pecado universal, é pior do que a dívida externa, não acaba nunca! A partir dessas simbologias foram delegados para nós os papéis. O parto foi colocado como um castigo, sendo que qual é o dom maior do que o dom de dar a vida! Isso se repete em praticamente todas as culturas, a lógica de dominação da mulher. Gênero é uma categoria de análise, é simples, não é ameaçador, ele só pode ser ameaçador porque questiona como se organiza nossa sociedade, e por ir nos micropoderes, em como eles se organizam, como a estrutura de um casamento se organiza, a divisão de papéis e tarefas, tanto em casa como fora dela. É um tema que envolve a discussão das relações de poderes”, completou a pastora.

Desde antes da década de 1970 as mulheres já contribuíam para ciência, literatura e tudo mais. O que fomos produzindo ao longo da história da humanidade entretanto, não apareceu, e muito do conhecimento das mulheres ao longo dos anos foi atribuído aos homens.

Por um feminismo que questione todas as formas de desigualdade

Para Romi, precisamos pensar na diversidade que nos torna desiguais, porque o próprio sistema gera essas desigualdades. E exatamente por isso, a ideia da diversidade sempre tem que estar ancorada na ideia da igualdade, seja ela a partir da perspectiva econômica, da transformação, do acesso ao trabalho, aos direitos à terra, entre outros.

Nancy Fraser, por exemplo, questiona o que ela chama de “feministas cor-de-rosa”, que conseguem articu-

lar muito bem o discurso do feminismo e da diversidade, sem, porém, problematizar a desigualdade econômica e a luta de classes. “O feminismo tem que ser uma perspectiva radical de igualdade”, enfatizou. E tem que ser buscado em todos os espaços sociais, desde a linguagem inclusiva, pois linguagens indicam relações de poder, aos espaços decisórios dentro da nossa sociedade.

Após refletir sobre a realidade de patriarcal-kiriarcal Romi vivenciou

com o grupo alguns instrumentos de leituras feministas da Bíblia, à luz do capítulo 12 do livro de Números. Muitas desconstruções foram feitas a partir de perguntas dirigidas ao texto e pelas intencionalidades teológicas inerentes ao mesmo. Entre estas, a tentativa de deslegitimar o papel de uma liderança feminina popular (Miriã), frente aos conflitos vividos pelo povo, no contexto da organização para a entrada na Terra Prometida.

Mulheres brasileiras na CPT Das mulheres veio a poesia, da poesia veio a Carta Final

Hoje, maio de 2017, rostos de várias regiões
Trazendo consigo na bagagem muitas razões
Amando o Deus da Vida, elas amam o seu chão
Se estão aqui hoje, não importa onde, há uma paixão.

Dia de encontro das mulheres da CPT
Felizes estamos por aqui estar com você
Saudamos nossas mulheres de compromisso com a Vida
Sempre participando, alegres, compartilhando, estão na lida.

Nosso país tem jeito se nos valorizassem
E deixassem que nossas culturas expressassem
Nossas riquezas, cada uma sabe que tem.
Estamos sempre em movimento, felizes, vários além.

O sol não se apagará, a lua não será minguante
Desde que haja união e com mulheres pensantes
Da natureza, da beleza e diversidade somos amantes
Vem mulher, não nos acomodemos, vamos avante.

Quantas Margaridas já passaram pela Pastoral
Dorothis, Olgas, Martas, Reginas, Nicinhas e nós atual
Mulheres urbanas e rurais, todas com problema igual
Buscam ocupar o seguro, lideranças num espaço harmonial.

A Bíblia nos faz refletir sobre a mulher
Os frutos que através da luta vamos colher
Nossa história, nossos direitos, juntas rever
Estudar, discutir, debater vamos sempre fazer.

Discutir cidadania cristã, o sonho de liberdade
Queremos participar, construir, isso não é vaidade
Guerreiras de todos os cantos, participam nesse mutirão
Trazendo sabedoria, conhecimentos, caminhando vão.

De tudo o que acontece, tiramos lição de amor
Caminhamos juntas, refletimos, compartilhando nosso saber
Cada uma com seu olhar atento, trazendo seu alento
Falar em gênero, feminismo, valores, será nosso conteúdo.

As mulheres são lindas, cada uma do seu jeito
Felicidade, força feminina sempre trazem no peito
Se estamos aqui nesse lugar, juntas, foi você que quis
Obrigada Deus, por esse encontro, cada uma feliz.

Há luzes de muita esperança e transformação
As mulheres presentes estão atentas e em ação
Por isso aqui estamos reunidas de coração
Fazendo desse momento, mística e canção.

Na CPT pensamos com o coração, há indignação
Há momentos em que pressionamos por nossa valorização
Refletir sempre, pensar na vida, discutir nossa posição
Todo momento é lindo, de conscientização com nossa inspiração.

Autora: Neide Furlan – CPT Santa Catarina
Goiânia, 28 de maio de 2017.
As participantes do 1º Encontro Nacional de Mulheres da CPT

DENÚNCIA

Ato-denúncia: “É como se alguém tivesse licença para nos caçar e nos matar”

No dia 23 de maio, foi realizado no Memorial do Ministério Público Federal, em Brasília, o “Ato-denúncia por direitos e contra a violência no campo”. Através de depoimentos de indígenas, quilombolas, pescadores e trabalhadores rurais, a atividade denunciou o aumento da violência contra os povos do campo recentemente.

**CRISTIANE PASSOS
E TIAGO MIOTTO***

O ato foi realizado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) em parceria com movimentos e organizações sociais que, diante do acirramento dos casos de conflitos e principalmente de violência no campo, reivindicaram uma ação conjunta de denúncia e de articulação de ações que tentem desmobilizar tamanha violência. Casos como a chacina de Colniza, no Mato Grosso, que vitimou nove trabalhadores rurais, o ataque aos indígenas Gamela, no Maranhão, em que alguns tiveram mãos decepadas, o assassinato de trabalhadores e trabalhadoras no Pará e em Rondônia, se seguiram em curto espaço de tempo e chamaram a atenção para o aumento da violência contra esses povos.

De acordo com os dados da CPT, apresentados na ocasião pela Jeane Bellini, da coordenação nacional da Pastoral, em 2016 foram registrados 61 assassinatos, o dobro da média de casos registrados nos últimos 10 anos. Em 2017 já foram 41 assassinatos registrados e alguns casos ainda sob investigação quanto à sua motivação.

Aumentaram as tentativas de assassinato, em 2016 foram 25% a mais que no ano anterior, e as prisões, que tiveram um aumento de 185%, mostram claramente a estratégia de criminalização dos povos que lutam pelos seus direitos, terra e território no Brasil.



Guilherme Cavalli - CIMI

Os números na prática: depoimentos das vítimas da violência no campo

Fátima Barros, do Quilombo Ilha de São Vicente, no Tocantins, e da Associação Nacional dos Quilombos (ANQ), afirma que a luta dos quilombolas sempre foi constante, mas a violência se ampliou muito nos últimos anos. “Agora, a gente sente que é como se alguém tivesse licença para nos caçar e nos matar. As violências não acontecem quando a gente se identifica como quilombola. Quando a gente diz isso, muitos até acham bonito. Mas quando digo que quero o território, que é meu por direito, aí a gente passa a incomodar, ser ameaçados, e os programas de proteção protegem cada vez menos. Regularizar nossos territórios é uma forma de amenizar as violências, mas não de cessá-las, porque a pressão sobre eles continua”, afirma a quilombola.

Cao Gamela colocou sua preocupação com o que ainda pode vir a acontecer com seu povo. “Temos sofrido ameaças constantes. Essa abertura do governo deu possibilidade para ação criminosa. Eles falam que nós, que buscamos nosso território, é que somos criminosos. Nos últimos dias, fomos ame-

açados por drones. A polícia nos diz que esses instrumentos não são da polícia, mas nenhuma ação está sendo tomada e o povo está sendo ame-drontado, porque não sabe o que pode acontecer. Disseram que é para a ANAC que tenho que reclamar. Como eu, que estou lá na comunidade, vou saber como falar com a ANAC?”, questiona o Gamela. Também do povo Gamela, Gracinalva Costa reforçou o ambiente de insegurança em que vivem os indígenas no Maranhão. “O massacre foi planejado com antecedência. Antes achavam que nós éramos os índios bonzinhos. A partir do momento que fomos cobrar nossos direitos, quiseram nos matar”.

Representantes de órgãos do governo, como Ministério Público Federal, Comissões de Direitos Humanos e Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, OAB Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Comissão de Direitos Humanos do Senado, entre outros, ouviram os depoimentos e as diversas denúncias de violência, sintetizadas na Carta-Compromisso do Ato, como forma de as autoridades assumirem a responsabilidade sobre essas denúncias, exigindo ações imediatas do Estado para frear a violência no campo.

Denúncia e compromisso

Para Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), a impunidade dos agressores e a atuação cada vez mais intensa de milícias armadas chama atenção. “A CPT em Mato Grosso denunciou que de todos os assassinatos que houve no estado, não houve nenhuma punição. No Mato Grosso do Sul conseguimos somente através de uma força tarefa ter alguma punição em relação às constantes violências contra os Guarani e Kaiowá e os Terena. Queremos,

também, assumir um compromisso de enfrentamento às milícias armadas. Sabemos que em Rondônia e no Pará o número de casos tem aumentado muito”.

O subprocurador da República e coordenador da Sexta Câmara do MPF, especializada em direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, anunciou que o órgão está esquematizando um mecanismo de alerta rápido para prevenção de massacres e violações de direitos. “Mesmo nas situações de ameaça, há algumas que podem ser consideradas ameaças mais agravadas, e essas que podem se converter em morte. O que é importante é que nós tenhamos essa rede de parceiros articulada para que possamos imediatamente responder, para impedir que a fase seguinte aconteça”, explicou.

CDH do Senado realizou audiência sobre Massacre no Pará

No dia 12 de junho, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado promoveu também uma audiência pública sobre o massacre no município de Pau D'Arco. Presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a audiência contou com diversos estudiosos da questão fundiária, ativistas e autoridades públicas, que recomendaram ações como a investigação de milícias privadas, a independência da Ouvidoria Agrária, a proteção dos sobreviventes do massacre em Pau D'Arco e o acompanhamento do Ministério Público em casos coletivos de reintegração de posse, bem como o cancelamento de registros de terras irregulares. Estiveram presentes, também, o ator Osmar Prado e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ricardo Rezende, representando o Movimento Humanos Direitos (MHuD).



Guilherme Cavalli - CIMI

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT e CIMI, respectivamente.

ARTICULAÇÃO POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

II Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais reúne cerca de 100 pessoas em Luziânia (GO)

De 22 a 24 de maio ocorreu no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia, o Encontro que reuniu representantes de diversos povos tradicionais do país, onde discutiram a conjuntura política nacional e a luta diária pela garantia de seus territórios e de seus direitos.

CRISTIANE PASSOS*

O Encontro teve início na manhã do dia 22, com um ritual da Teia dos Povos e Comunidades do Maranhão, acolhendo indígenas, quilombolas, pescadores, seringueiros, geraizeiros, retireiros, catadores de flores sempre viva, e todos e todas que participaram da atividade.

Representante do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, do sul da Bahia, cacique Nailton Pataxó ressaltou a importância da união dos povos tradicionais e, além disso, a importância dos rituais desses povos como forma de fortalecimento na luta. “Precisamos fazer uma reflexão da nossa organização, nos juntar para enfrentar essa conjuntura que estamos vivendo. O ritual é uma das ferramentas principais para a gente se reforçar e também para quebrar o medo. Quero destacar, com isso, a importância das mulheres na luta. Grande parte dos encantados no meu povo se manifesta nas nossas mulheres, elas são centrais na nossa cultura e nos nossos rituais. Precisamos também que elas participem cada vez mais nas instâncias de liderança dos nossos povos”. Ana Rita Picanço, quilombola do Amapá, apontou como maior desafio atualmente a regularização dos territórios. Para ela, ao mesmo tempo em que estão na mira da violência do capital no campo, os povos se fortalecem com a sua união. “Temos que ser unidos na luta e no tambor”.

O plano de civilização brasileira não contempla o saber tradicional

Na análise de conjuntura nacional e internacional, Zezé Pacheco, do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), destacou o conceito de civilização que foi construído no Brasil a partir de uma ideia eurocêntrica de formação social. “Querem manter essa ideia do homem cordial, o brasileiro paca-to que tudo aceita. Mas temos sim muitas histórias de resistência, como o povo Tupi-nambá, na Bahia, que lutou para expulsar



Guilherme Cavalli - CIMI

os portugueses e luta até hoje para se manter em seu território”. Cleber Buzatto, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), destacou o momento complicado que vivemos com o governo ilegítimo de Michel Temer. “Estamos em um período de inconstância política, o que acaba por atacar cada vez mais o modo de vida dos povos tradicionais”, ressaltou.

Biomass e a Casa Comum

Representando a Articulação das CPT's do Cerrado, Isolete Wichinieski falou da importância da escolha do tema da Campanha da Fraternidade desse ano sobre os biomas, e como essa ação facilitou a discussão sobre ecologia, conservação da natureza e convivência entre os povos e as florestas e as águas. José Iborra, da Articulação das CPT's da Amazônia, trouxe um panorama da região amazônica, uma das mais ricas do planeta, tanto em biodiversidade como em diversidade de povos. Os problemas que acometem a região não se limitam aos estados da Amazônia Legal brasileira, mas atingem também outros nove países da América Latina, que fazem parte da chamada Pan-Amazônia.

Thiago Valentim, da coordenação nacional da CPT, reforçou a importância de planos de convivência dos povos com as características de cada bioma em que eles vivem, como por exemplo o semiárido e a caatinga. Mesmo com a seca comum nessas regiões, é possível produzir e viver em harmonia com o ambiente. João Batista dos Santos, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP), falou de como a dinâmica dos litorais é importante para o equilíbrio do planeta. Os mangues também fazem parte desse processo. Segundo ele, os manguezais são mais invisibilizados que os outros biomas e, por isso, essas regiões e seus povos são tratados com racismo ambiental, menosprezados e diminuídos dentro das discussões pela preservação da natureza. Os participantes debateram, ainda, formas de organização social que se contraponham ao paradigma desenvolvimentista do capitalismo. Ruben Siqueira, da coordenação nacional da CPT, assessorou o debate. Padre Paulo Suess, assessor teológico do CIMI, trouxe o Bem Viver como um modelo de sociedade que se contrapõe ao modo capitalista, priorizando os saberes dos povos originários.

O último dia do Encontro foi de

troca de experiências. Depois dos cantos rituais e de uma mística em torno da terra e da água, os participantes dividiram-se em grupos para conhecer as experiências regionais de articulação entre povos e comunidades tradicionais da Teia do Maranhão e da Teia da Bahia. Experiências de luta, articulação, unificação e fortalecimento mútuo entre povos e comunidades que têm na luta em defesa de seus territórios e na construção do Bem Viver um horizonte em comum.

Em carta divulgada ao final do Encontro, os povos denunciam a violência enfrentada pelas comunidades e apontam o Estado brasileiro como um dos principais opressores e causadores dessa violência. O documento também critica a criminalização sofrida por funcionários da FUNAI, do INCRA e pelos missionários do CIMI, devido aos indiciamentos da CPI FUNAI/INCRA. Os participantes reforçaram a necessidade de fortalecer a articulação entre os povos como único caminho para garantir o Bem Viver e para combater a violência sofrida. “A violência contra o nosso povo só tem crescido. Os casos notificados não são capazes de contabilizar nosso sofrimento, as estatísticas não dão conta de expressar as nossas perdas. Convivemos diariamente com ameaças de morte, assassinatos de nossos irmãos e irmãs, atentados contra a vida, negação e violação dos nossos direitos, desrespeito à nossa cultura e ao nosso modo de viver e todo tipo de agressão, preconceito e discriminação... O Estado brasileiro, aliado aos interesses dos opressores e sendo ele também um opressor, sempre negou nossos direitos, e, por muitas vezes, esteve à frente dos atos de violência contra nós. Nossos territórios foram invadidos, nossa luta criminalizada e nosso direito de viver arrancado pelas mãos de fazendeiros, latifundiários, empresas, grileiros, grandes empreendimentos econômicos, grandes projetos de ‘desenvolvimento’, entre muitos outros”, destacaram no documento.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Campanha #MulheresRurais lança concurso de relatos de vida e experiências na América Latina e Caribe

Foto: Viviana Rojas



A campanha #MulheresRurais, mulheres com direitos, continua com suas ações para dar visibilidade ao empoderamento das mulheres que vivem e trabalham no campo, nas águas e na floresta. No dia 31 de maio, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) lançou O concurso Histórias de #MulheresRurais na América Latina e Caribe. A iniciativa vai premiar relatos de vida e experiências de mulheres e organizações que lutam pela igualdade de direitos no mundo rural. A premiação acontecerá em duas categorias: relatos de vida, sendo contados por mulheres rurais por escrito e/ou por meio de imagens; e experiências de organizações, na qual as instituições deverão contar suas iniciativas na luta pela igualdade de direitos. As experiências devem evidenciar a ação coletiva e o valor do trabalho associativo, mostrando as conquistas e os desafios das organizações na redução das desigualdades de gênero. As experiências também poderão ser apresentadas em forma de texto, imagens ou ainda texto acompanhado de imagens.

O concurso traz como tema o papel das mulheres no desenvolvimento rural e no alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os materiais inscritos podem abordar assuntos como redução da pobreza rural, segurança alimentar e nutricional, inovação e infraestrutura, entre outros.

Para inscrever-se, basta preencher um formulário no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário. As imagens e as histórias deverão ser enviadas junto com o formulário para o e-mail mujeres.rurales@fao.org.br, até o dia 30 de julho. No e-mail, o participante deve informar a categoria na qual deseja concorrer (relatos de vida ou histórias de organizações). Os nomes dos ganhadores serão publicados no site da Food and Agriculture Organization (FAO), em agosto. As imagens e histórias ganhadoras serão expostas na II Conferência Regional de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe, nos dias 27 a 29 de setembro, em Assunção, no Paraguai, e também difundidas em publicações e canais digitais das instituições organizadoras. (Fonte: mda.gov.br)

CNDH-RD denuncia tentativas de assassinato e criminalização do movimiento Marcha Verde

No dia 22 de maio, o líder comunitário e coordenador da Articulação Nacional Campesina e de Poder Cidadão, integrante e porta-voz do movimento Marcha Verde, Hero Pérez, foi envolvido em um suposto acidente em que um veículo branco desconhecido se chocou com seu carro várias vezes, destruindo a carcaça. Com golpes na cabeça e na coluna, Pérez recebeu atendimento médico de emergência. A Comissão Nacional de Direitos Humanos da República Dominicana (CNDH-RD) expressou sua profunda preocupação por meio de nota, em que solicita resposta urgente diante das últimas ocorrências de repressão violenta, criminalização, falsa acusação de terroris-

mo e, nesta última ocasião, tentativa de assassinato contra integrantes e dirigentes do movimento Marcha Verde contra a corrupção e impunidade na República Dominicana.

A carta enumera uma série de exigências ao Estado Dominicano. Dentre elas, que se realize uma investigação imediata, imparcial e objetiva sobre a ocorrência com Hero Pérez, protegendo-o; que se finalizem investigações de denúncias anteriores e que não se recorra mais aos artifícios que desprestigiam e criminalizam os movimentos sociais articulados na Marcha Verde, garantindo os direitos humanos e as liberdades fundamentais em todo o país.

Colômbia recebe a II Assembleia da CLOC

Com a participação de 150 delegados e delegadas de 80 organizações camponesas, indígenas e afrodescendentes de 22 países do continente, no marco de celebrar a segunda assembleia continental da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) – Via Campesina, entre os dias 01 e 04 de maio, com o lema: “Contra o capitalismo, pela soberania de nossos povos, a América unida segue em luta”. Dedicada à liderança de Fidel

Castro Ruz, a Assembleia ressaltou o contexto imperialista que deslegitima as lutas populares, os lutadores e suas organizações na defesa da democracia no mundo. “Tempos de ditaduras midiáticas, de burocracias, de estados burgueses e governos golpistas. Um período de conservadorismo e de retrocessos”, destaca a CLOC. O movimento camponês continental presente nesta Assembleia é a expressão latino-americana do movimento mundial da Via Campesina, segundo a CLOC.

Foto: MPA Brasil



“Alimentamos nossos povos e construímos o movimento para mudar o mundo!”

“Alimentamos nossos povos e construímos o movimento para mudar o mundo!”. Com este lema, centenas de representantes de mulheres e homens do campo do movimento internacional Via Campesina se dirigem ao País Basco, de 16 a 24 de julho, para celebrar sua VII Conferência. A Conferência Internacional da Via Campesina (VC), celebrada a cada quatro anos, consiste na instância mais alta através da qual se decidem estratégias coletivas e se mantêm debates internos para um movimento crescente que representa cerca de 200 milhões de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, povos sem terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo.

Serão compartilhadas experiências locais e internacionais que possibilitem investir em uma decla-

ração de direitos de camponesas e camponeses, e de outras pessoas que trabalham em zonas rurais, especialmente na luta por um instrumento internacional juridicamente vinculante contra o abuso de empresas multinacionais. Também serão dados enfoques particulares a temas como: o impacto dos tratados de livre comércio sobre a soberania alimentar, a criminalização dos movimentos, incluindo assassinatos de lideranças, soluções camponesas às mudanças climáticas e escolas de agroecologia como uma forma de exercer a soberania alimentar nos territórios. Haverá eventos abertos ao público, previstos para o dia 19 de julho, em Derio, e dia 23 de julho, em uma marcha de Derio até a Plaza Nueva de Bilbao, onde haverá um ato político público. (Fonte: Via Campesina).

PÁGINA BÍBLICA

O projeto de Jesus

A FÉ QUE MOVE MONTANHAS

SANDRO GALLAZZI*

Na sequência de nossa reflexão vimos nas edições pasadas, que o Projeto de Jesus se concretiza colocando o pobre no meio, não o deixando de lado, na solidariedade mostrada na partilha dos pães, e na Justiça, “Busquem em primeiro lugar o Reino de Deus e sua Justiça e o demais lhes será dado”. O caminho da Justiça se faz denunciando os responsáveis pelo sofrimento do povo, os que oprimem o pobre.

Jesus chama de burro o rico que quer aumentar seus armazéns, pois naquela mesma poderá morrer, e diz que é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico se salvar. Acompanhem a reflexão de Sandro que nos mostra que o caminho da Justiça passa por uma crítica severa do império que domina o povo.

Deem a César o que é de César e a Deus o que é de Deus

Em relação ao império temos gestos e palavras muito fortes. O endemoniado de Gerasa, lembram? Ele que vivia nos sepulcros, que quebrava todas as correntes, que se machucava com pedras. Um demônio muito forte, muito diferente dos outros que obedeciam imediatamente a Jesus. Este não. Este resiste, negocia, suplica. Como se chama? – LEGIÃO: Forças armadas! Símbolo das legiões romanas que dominavam e esmagavam a região. Ao lado, uma manada de porcos, 2.000. Porcos que os hebreus não podiam criar, nem comer, mas que os romanos adoravam. Porcos, símbolos da dominação econômica. Lembram como termina? A legião entra nos porcos que caem no mar. O império deve ir para o inferno.

Lembram do tributo a César? Sempre gravamos só a última frase:



“Deem a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. É preciso acompanhar todo o raciocínio para entender o que Jesus quis dizer aos fariseus e aos herodianos, de novo juntos, para colocar mais uma armadilha a Jesus. É lícito pagar o tributo a César? César, como Kyrios, como Senhor, era como era tratado o imperador. Kyrios, como Senhor, como Javé na Bíblia Grega é o NOME de Deus. Vejamos a pedagogia de Jesus. Ele pergunta: Vocês tem uma moeda? Quando a trazem Jesus faz uma pergunta muito séria: De quem é a IMAGEM? De quem é o NOME? Quando uma pessoa pergunta a um hebreu: de quem é a imagem, a ele logo lhe vem à memória que está proibido adorar imagens, ídolos. Este é o primeiro mandamento. Imagem, como ídolo.

Lhe respondem: “de César”... os ouvintes fizeram um caminho. Jesus tira a conclusão. Então ... Se César é o ídolo que usurpou de Deus o Nome “Senhor” ... “deem ao ídolo o que é do ídolo, e a Deus o que é de Deus”. Dar a César o que é dele, é saber que

não existe. Somente Deus é nosso César/Senhor. Neste texto Jesus não quer dizer: 50% a Deus e 50% ao Império. Não queria dizer que temos que pagar o dízimo e os impostos federais. O discurso é teológico: Quem manda em Israel? Quem é o César? Quem é o ídolo que está querendo substituir o Senhor? Por isso o vão matar.

Tenham fé em Deus

Outro elemento central do projeto de Jesus é **Lutar contra o monte e PERDOAR aos irmãos** (Mc 11,20-26): **esta é a fé, Fé em Deus.**

O conflito final vai ser em Jerusalém: Betânia (casa do pobre) contra Jerusalém, a cidade santa. “Jesus, com o rosto feito pedra, decidiu ir a Jerusalém”. Lá se dará o conflito com todos os que representam a dominação e a morte. Jerusalém, seu templo, os armazéns, o quartel, o palácio, não passam de uma figueira que nunca vai poder dar fruto. Deve ser arrancada pela raiz. O lugar de Jesus é Batênia (= a casa do pobre), daí vai sair para enfrentar Jerusalém, fiel ao caminho dos profetas que buscaram sempre a justiça. E neste caminho Jesus nos dá seu ensinamento: “Tenham fé em Deus”. O que é ter fé em Deus? “Eu lhes asseguro que aquele que disser a essa montanha levanta-te daí e joga-te ao mar, e não duvidar em seu coração, mas que crê que acontecerá o que diz, conseguirá o que pede”.

Mateus muda a redação e dirá “se alguém diz a uma montanha, não a ‘essa montanha’”. Lucas vai transformar a montanha em “uma árvore”.

Jesus e Marcos no texto mais antigo dizem “esta montanha”. Qual é a montanha que Jesus aponta? Jesus está em Betânia, subindo para Jerusalém: esta é a montanha, é o monte Sião. O monte onde está concentrado o poder dominador que Jesus não teme enfrentar. Se você não duvida em seu coração, as montanhas vão ao mar. Mar, como inferno, como lugar do maligno.

Jesus não nos está pedindo que provemos nossa fé tentando mudanças geográficas, é muito mais profundo. Jesus está subindo ao monte, onde vai ser morto, assassinado. No monte estão dominando os sacerdotes do templo, os romanos. Mas eu lhes digo que se vocês não duvidam em seu coração, mas sim acreditam que sucederá o que dizem, conseguirão o que pedem. A capacidade de vencer o medo. Ele vai enfrentar o monte, vai subir, vai ser preso, vai ser executado; Ele sabe que este monte vai ao mar, ao inferno e o enfrenta. O que nos pede é seguir o mesmo caminho: “Vamos a Jerusalém”, “Vamos enfrentar a montanha”.

Mas, atenção! Não basta enfrentar a montanha e o palácio, disposto a dar a vida, com a certeza que a vida está do lado de quem luta pela justiça. Vamos continuar com o mesmo texto: “Por isso lhes digo: tudo que pedirem na oração creiam que já o receberam e o obterão. E quando se ponham em pé para orar, se têm algo contra alguém, perdoem-no, para que o Pai que está no céu lhes perdoe também sua falta”. Para Jesus, ter fé inclui duas grandes dimensões: a capacidade de enfrentar a montanha e a de perdoar o companheiro. É a novidade maior de Cristo. No Antigo Testamento não havia perdão. Fala de partilha, de solidariedade, de fraternidade, de ajuda mútua, mas não de perdão. Jesus fala que é necessário elevar a solidariedade até as últimas consequências.

EXPERIÊNCIA

Chapada Diamantina: a caixa d'água da Bahia vai secar!

Conhecida por ser uma das principais atrações turísticas do Brasil, por conta de suas belezas naturais, o mundo desconhece a importância que a Chapada Diamantina tem no fornecimento de água para o estado da Bahia e para o equilíbrio da rede hidrográfica brasileira.

CRISTIANE PASSOS*

Refém dos interesses comerciais de grandes produtores rurais, abandonada e maltratada pelo poder público, a Chapada está secando e seus rios estão morrendo. Comunidades ao longo da Chapada já sofrem com a escassez de água, conflitos que podem se tornar mais violentos estão se intensificando na região e a capital metropolitana também vai sofrer com a falta d'água.

Em Utinga, os índios Payayás já perceberam há uns anos o tamanho do problema e começaram um trabalho de conscientização, articulação política e ação. Hoje, Otto Payayá, avalia que a ação é a única ferramenta em que ele ainda crê. “Do governo a gente tá cansado. A gente junta a comunidade e vamos limpar o rio, plantar na beirada dele, fazer algo prático, recuperar a vegetação para que a água volte a correr”, afirmou.

A descrença de Otto não é à toa, além do abandono relegado pelo estado à região, quando ele enfim age, o faz sem planejamento e acaba por piorar a situação. O rio Utinga nasce na comunidade de Cabeceira do Rio, distante cerca de oito quilômetros da sede do município de Utinga. Ele é responsável pelo abastecimento de água das cidades de Utinga, Wagner, Lajedinho e Andaraí. Em 1977 foi construída uma barragem na cabeceira da nascente do rio Utinga, literalmente em cima da nascente e de seus fervedouros – nascentes de rios subterrâneos. E para piorar ainda mais, a retirada da mata ciliar na área da barragem provocou o desbarrancamento, o que tem assoreado o rio. O indígena relatou que recentemente conseguiu levar ao local o engenheiro responsável pela obra da barragem e que ele se emocionou ao ver o tamanho do erro que cometeram.

O rio Utinga é apenas um dos vários rios que compõem a bacia do Paraguaçu, responsável pelo abastecimento de



Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

várias cidades da região e da capital baiana, Salvador. Assim como o Jacuípe, que abastece, por exemplo, o distrito do município de Piritiba, França. No distrito, a Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.) joga no próprio rio os rejeitos da estação de tratamento. Além dos rejeitos, uso de agrotóxicos por produtores locais e plantações em área de preservação permanente têm poluído e assoreado o rio, cuja vazão tem diminuído a olhos vistos.

Seguindo o exemplo dos payayás, assentamentos da região têm se organizado para reflorestar as margens dos rios e assim tentar retomar a riqueza de águas da região. É o caso do assentamento São Sebastião, no município de Wagner, que após ver o rio Utinga quase secando, fez mutirões para plantação de mudas nativas nas margens do rio e para a limpeza do local. Os assentados descrevem com tristeza terem testemunhado o rio secar e os peixes morrerem. Mesmo com as ações, em fevereiro deste ano os assentamentos ficaram sem água. Na cidade de Wagner aconteceu o mesmo.

Sem a presença do poder público, grandes produtores, também impactados pela falta d'água, destilam acusações contra os assentados e pequenos produtores, acusando-os de serem os responsáveis

pela escassez de água. Porém, são os grandes produtores que multiplicam bombas para alimentar sistemas de irrigação de suas produções, ao longo do rio. Segundo os produtores, nos últimos 10 anos houve um aumento do plantio irrigado de culturas, que absorvem um grande volume de água, saindo de aproximadamente 200 hectares para mais de 1.000 hectares. Isso é equivalente a mais de 1,6 milhão de plantas, que para manter sua produtividade necessita de 40 litros de água por dia para cada planta. Sem controle, plano de manejo ou fiscalização, boa parte dessas bombas para irrigação não possui sequer outorga de uso do Inema (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia).

Conflitos pela água: a violência iminente

A comunidade do povoado de São José, próximo a Lençóis (BA), ficou 120 dias sem água. Toda sua produção foi perdida. Endividados, pois conseguiram a terra em que vivem através do crédito fundiário e não pela reforma agrária, chegaram a passar fome. Em fevereiro desse ano, quando chegaram ao limite, bloquea-

ram os dois sentidos da BR-242, na altura do km-308. Segundo relato das famílias, policiais militares da CIPA (Companhia Independente de Policiamento Ambiental) dispararam contra os manifestantes. Ninguém ficou ferido. A polícia teria, segundo eles, levado duas pessoas presas e, no trajeto até a delegacia, os próprios policiais teriam quebrado o vidro da janela da viatura e colocado a culpa em um dos manifestantes, que ficou preso por dois dias sob acusação de vandalismo. Ele foi solto somente após o pagamento de fiança no valor de R\$ 2.800,00.

Bacia do Paraguaçu

A bacia hidrográfica do Paraguaçu é uma das mais importantes para o estado da Bahia, sendo fundamental para o abastecimento de água da região metropolitana de Salvador. Mais de três milhões de pessoas dependem das águas deste rio, cuja bacia se estende por mais de 55 mil km², abrangendo 86 municípios e 10% do território do estado. Tamanha importância torna ainda mais preocupante o atual estado de degradação ambiental da bacia. Como disse o senhor Ramiro de Souza, do Assentamento São Sebastião, “dizem na televisão que o agro é tudo, mas não é, a água é tudo. Ninguém vive sem água”. Comungando dessa ideia e preocupada com a situação na região, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Ruy Barbosa (BA) dará início a uma campanha de conscientização sobre a necessidade de ações imediatas de preservação das águas da Chapada Diamantina. Articulada com as comunidades locais e organizações de defesa do meio ambiente, ela espera visibilizar a situação crítica das águas da Chapada e, assim, mobilizar a sociedade para salvar esse patrimônio natural, bem como o mais fundamental de nossos recursos naturais, a água.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Cultura

A pedagogia dos aços

PEDRO TIERRA

Candelária,
Carandiru,
Corumbiara,
Eldorado dos Carajás...

Há cem anos
Canudos,
Contestado,
Caldeirão...

A pedagogia dos aços
golpeia no corpo
essa atroz geografia...

Há uma nação de homens
excluídos da nação.

Há uma nação de homens
excluídos da vida.

Há uma nação de homens
calados,
excluídos de toda palavra.

Há uma nação de homens
combatendo depois das cercas.

Há uma nação de homens
sem rosto,
soterrado na lama,
sem nome,
soterrado pelo silêncio.

Eles rondam o arame
das cercas
alumiados pela fogueira
dos acampamentos.

Eles rondam o muro das leis
e ataram no peito
uma bomba que pulsa:
o sonho da terra livre.

O sonho vale uma vida?
Não sei. Mas aprendi
da escassa vida que gastei:
a morte não sonha.

A vida vale um sonho?
A vida vale tão pouco
do lado de fora da cerca...

A terra vale um sonho?
A terra vale infinitas
reservas de crueldade,
do lado de dentro da cerca.

Hoje, o silêncio pesa
como os olhos de uma criança
depois da fuzilaria.

Candelária,
Carandiru,
Corumbiara,
Eldorado dos Carajás não cabem
na frágil vazilha das palavras...

Se calarmos,
as pedras gritarão...

Poema escrito para denunciar o massacre dos trabalhadores sem terra em Eldorado dos Carajás, em 1996. Continua atual... dedicamos esse poema às vítimas dos massacres de Colniza e de Pau D'Arco e às suas famílias.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
 Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica

9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA